

A experiência social de travestis e transexuais com o sistema de segurança pública: produção e reprodução de significados.

CIPRIANI ¹, AGUINSKY ²,

¹ Marcelli Cipriani, Ciências Sociais, UFRGS

² Beatriz Aginsky, Serviço Social, PUCRS



XXV SIC
Salão Iniciação Científica

CSA - Ciências Sociais e Aplicadas

INTRODUÇÃO

O presente projeto se desenvolve no interior do grupo de estudos e pesquisas em Ética e Direitos Humanos (GEPEDH) da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e, em tal âmbito de estudo, propõe-se a explorar, de forma crítica, a produção e a reprodução de significados sociais resultantes de experiências vividas por pessoas transgêneras com o Sistema de Segurança Pública sul-riograndense – integrado pela SUSEPE, pela Brigada Militar, pela Polícia Civil e pelo Instituto Geral de Perícias. Através da análise de diferentes vivências, a pesquisa pretende tanto adensar a produção de conhecimentos no que diz respeito ao Serviço Social e à transgeneridade, quanto contribuir, pelos estudos feitos, à qualificação de políticas públicas destinadas ao tema.

OBJETIVOS

- Analisar a construção social de experiências de travestis e de transexuais junto ao Sistema de Segurança Pública, bem como os significados por elas atribuídos a partir dessas experiências;
- Examinar a Secretaria de Segurança Pública (SSP) como instituição permeada por processos de reconhecimento e de negação a direitos;
- Investigar a presença de discriminações de gênero na atuação de profissionais do Sistema de Segurança Pública, atentando-se a eventuais processos de enfrentamento e de resistência consequentes a estas;
- Explorar a reprodução, em relações sociais cotidianas, dos significados produzidos a partir da experiência social da população transgênera face o Sistema de Segurança Pública.

METODOLOGIA

- Pesquisa do tipo qualitativo, lançando mão, subsidiariamente, de informações quantificáveis (Martinelli, 1994) –acerca da violência prisional e do número de carteiras de nome social produzidas pelo estado do Rio Grande do Sul;
- Técnicas de coleta de dados: a) entrevistas com roteiro de tópicos-guia frente às travestis e transexuais, a partir da história oral de vida (Meihy e Holanda, 2007), visando entender as experiências sociais (Martinelli, 1994); b) entrevistas semiestruturadas com os agentes da SSP; c) observação participante em visitas ao Presídio Central de Porto Alegre; d) pesquisa bibliográfica (exploração do tema a partir de variadas áreas do conhecimento) e documental (Decretos, leis, Planos Governamentais, notícias);
- Interpretação de dados: transcrição literal das entrevistas e análise de conteúdo (Bardin, 1977) – categorização por eixos temáticos e palavras-chave.

RESULTADOS PRELIMINARES

- Observaram-se contradições entre as narrativas orais e a observação participante quanto ao tratamento nominal adequado às travestis e transexuais no Sistema de Segurança Pública: enquanto os servidores da SSP entrevistados afirmavam a capacitação de funcionários e o pleno respeito ao nome social, todos os policiais com os quais efetuamos contato em visitas ao Presídio Central de Porto Alegre dirigiram-se à população transgênera presa empregando o pronome masculino, bem como lançando mão de seu nome civil;
- Visando à garantia do direito ao tratamento nominal de acordo com a identidade de gênero, o Rio Grande do Sul passou a fabricar e disponibilizar carteiras de nome social às travestis e transexuais, nas quais conta dados como o nome com o qual efetivamente se identificam e o número de seu Registro Geral. Estas deveriam ser aceitas em todos os órgãos e secretarias da administração direta e indireta do Poder Executivo estatal. Tal, no entanto, não ocorre – estando presentes usuais negações quanto à validade do documento;
- A carteira de nome social, por si, impõe um espaço de constrangimento à pessoa transgênera, posto que exige uma paralela exposição de seu documento de identidade – no qual consta o nome civil – a fim de ser aceita. Igualmente opera, nessa dupla apresentação, uma oposição entre informações oficiais/formais (documento de identidade), e aquelas fantasiosas/informais (carteira de nome social).
- A categoria “respeito”, dentre as pessoas transgêneras entrevistadas, ofereceu uma constante negociação: frequentemente, percebeu-se a necessidade de “dar-se ao respeito”, através da supressão de suas próprias personalidades e identidades, para exigí-lo dos demais.
- Fez-se presente uma possível romantização do movimento social referente às pessoas transgêneras, pela supervalorização de resultados alcançados e pela idealização do mesmo como instituição apenas promotora de cidadania, negando e neutralizando suas contradições.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Rio de Janeiro. Edições 70, 1977.
- MARTINELLI, M. L. Uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio. *Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade*, São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUCSP, n. 1. 1994.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. Editora Contexto, 2007.



MODALIDADE
DE BOLSA

BIC/Fapergs